

HISTÓRIA DA CONTABILIDADE PORTUGUESA EM DATAS: SÉCULO XX

75 ESTUDIANTE

MÁRCIA SIMÕES

RAQUEL FERREIRA

MIGUEL GONÇALVES

CRISTINA GÓIS

ISCA de Coimbra (ISCAC) – Coimbra Business School, Portugal

Área Temática: E) História da Contabilidade

Palavras-chave:

História da Contabilidade; Século XX; Portugal; Cronologia; Associativismo.

HISTÓRIA DA CONTABILIDADE PORTUGUESA EM DATAS: SÉCULO XX

Resumo

O *paper* destina-se aos interessados pela área da contabilidade, de modo a enriquecerem não só os seus próprios conhecimentos, como também a contribuir para a profissão. Tem como objetivo expor e divulgar a evolução de Portugal ao longo do século XX, tanto ao nível histórico, através da análise dos cinco marcos históricos, como ao nível contabilístico, de forma cronológica, realçando as diversas tentativas de normalização contabilística, as alterações sentidas no ensino contabilístico e a importância das publicações e do associativismo em contabilidade. O método utilizado para a realização do trabalho foi o método bibliográfico, o qual privilegiou a análise de fontes secundárias de informação.

Palavras-chave:

História da Contabilidade; Século XX; Portugal; Cronologia; Associativismo.

HISTORY OF PORTUGUESE ACCOUNTING IN DATES: 20th CENTURY

Abstract

The paper is aimed at those interested in the area of accounting, in order to enrich not only their own knowledge, but also to contribute to the profession. It aims to expose and disclose the evolution of Portugal throughout the 20th century, both at the historical level, through the analysis of the five historical milestones, and at the accounting level, chronologically, highlighting the various attempts at accounting regulation, the changes in accounting education and the importance of publications and associativism. The method used to carry out the work was the bibliographical method, which included the analysis of secondary sources.

Keywords:

Accounting History; 20th Century; Portugal; Chronology; Accounting Associations.

1. Introdução

O presente artigo surgiu no âmbito de uma unidade curricular do 3.º ano de uma licenciatura ministrada numa instituição de ensino superior pública portuguesa.

Segundo Gonçalves, Lira e Marques (2017, p. 123), “não se pode compreender o presente, desconhecendo o passado – e a história da contabilidade pode, sem reservas, trazer para o espaço público soluções obtidas no passado com poder para influenciar as dos tempos atuais, pelo menos em termos de ensino da teoria e da prática contabilística”.

Este *paper* tem como principal motivação homenagear o trabalho do Professor Joaquim Fernando da Cunha Guimarães (1958-2012), uma vez que a sua escrita simples e enriquecedora contribuiu muito, por via de listagens, para seriar, completar e comentar os diversos acontecimentos contabilísticos, facilitando assim o estudo e a investigação. Este destacou-se por ter sido o grande publicista português da contabilidade, dedicando-se ao estudo da mesma e contribuindo, com os seus artigos, para aqueles que dedicam o seu trabalho intelectual e profissional a esta área (Gonçalves, 2020).

Neste contexto, o objetivo primordial do artigo passa por incentivar a que atuais e futuros estudantes reflitam e investiguem sobre a história da contabilidade em Portugal, de modo a enriquecer não só os seus próprios conhecimentos, como também a contribuir para a profissão.

O método utilizado para a realização do trabalho foi o método bibliográfico, cujas fontes secundárias foram a análise de artigos publicados em jornais e revistas, bem como a leitura de livros e de uma dissertação.

Para além da Introdução, este *paper* está dividido em mais três secções. A segunda secção aborda a contextualização política, económica e social referente ao século XX português, realçando os diversos regimes políticos atravessados por Portugal ao longo do referido século. A terceira secção apresenta os acontecimentos mais importantes na contabilidade em Portugal no período de 1901 a 2000, ordenados cronologicamente numa tabela, subdividida em cinco temas principais: as publicações contabilísticas, a normalização contabilística, o ensino da contabilidade, o associativismo inerente à contabilidade e a regulamentação da profissão contabilística. Em fecho, a conclusão.

2. Contextualização política, económica e social (século XX)

O século XX representou um período crucial na história portuguesa devido às rápidas mudanças e à variedade de regimes políticos vigentes, cada um deles com o objetivo de estabelecer uma determinada organização social, cultural e institucional (Sardica, 2011). Este foi um século onde a palavra ordem foi transformação, não só ao nível da existência coletiva como também ao nível da existência individual dos portugueses.

Em 1900, a população portuguesa ascendia a 5,5 milhões de habitantes e a esperança média de vida rondava aproximadamente os 40 anos, sendo as taxas de mortalidade as mais elevadas da Europa devido às fracas condições de saúde (Sardica, 2011). O rendimento *per capita* era de 45% da média dos países desenvolvidos (Reis, 1994, *apud* Sardica, 2011) e a taxa de analfabetismo rondava os 75%, o que tornava Portugal num país pobre, rural, analfabeto e subdesenvolvido (Sardica, 2011).

Em 1908, com o assassinato de D. Carlos I e do seu filho e, em 1910, com a queda da monarquia, fruto da humilhação diplomática do *Ultimato Britânico*, da desorganização e da demissão dos monárquicos, que resultou na crise monárquica existente no país (Sardica, 2011), deu-se o endurecimento das atitudes liberais (Rodrigues, Gomes e Craig, 2004). Essas atitudes “eram estimuladas pelas memórias prolongadas da crise financeira no início dos anos 90 do século XIX e as subseqüentes alegações de corrupção nos negócios” (Rodrigues *et al.*, 2004, p. 29).

A Primeira República, de 1910 a 1926, dividiu-se em três períodos: a *República Velha* (1910-1917), o *Consulado Sidonista* (1917-1918) e a *Nova República* (1919-1926), e foi

marcada pelas lutas entre o governo e a igreja católica, bem como por diversas divergências internas, que originaram a Revolução de 5 de Outubro de 1910, a qual tornou necessário a elaboração de uma Constituição que estabelecesse os fundamentos do novo regime político, marcada pelo regresso aos princípios liberais de 1820 a 1822 (Sardica, 2011). Em 1914, Portugal participou na Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918), contudo a sua intervenção provocou uma crise à qual o país não conseguiu sobreviver (Sardica, 2011). Posto isto, as ocorrências revolucionárias, a crise económica e financeira e a instabilidade política e social sentidas durante o período de vigência da Primeira República levaram ao seu insucesso (Sardica, 2011), tendo a administração política passado por 45 governos (Rodrigues *et al.*, 2004).

Em 1926, após uma revolta militar liderada pelo general Óscar Carmona (Rodrigues *et al.*, 2004), intitulada de Golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, pôs fim à Primeira República e instituiu a Ditadura Militar, que durou até 1933 (Sardica, 2011). No entanto, a nova ditadura continuou instável, uma vez que não conseguiam resolver os problemas económicos e financeiros (Sardica, 2011). Para fazer face a isto, em 1928, “Salazar foi convidado pelo Presidente da República, Carmona, para resolver os problemas fiscais do país” (Caria e Rodrigues, 2014, p. 4). Este aceitou o cargo de Ministro das Finanças, no entanto, para que isso acontecesse, necessitava de ter o poder de veto sobre todas as despesas fiscais (Caria e Rodrigues, 2014).

António de Oliveira Salazar “considerou os princípios de um orçamento equilibrado e estabilidade monetária como imperativos categóricos” (Caria e Rodrigues, 2014, p. 4), bem como “mudou radicalmente a forma como a política fiscal era conduzida: o regime ditatorial observava estritamente o princípio do equilíbrio fiscal” (Caria e Rodrigues, 2014, p. 4). Devido à sua notoriedade, em 1932, tornou-se Presidente do Conselho de Ministros (1932-1968) e aprovou a Constituição de 1933, que suprimiu a liberdade de expressão, reunião e associação, criando assim o regime corporativista ou Estado Novo (1933 a 1974) (Sardica, 2011). Apesar de Salazar ser apoiante do corporativismo, “durante muitos anos o aparelho burocrático do seu regime foi pesado e ineficiente na implementação efetiva dos ideais corporativistas” (Rodrigues *et al.*, 2004, p. 30).

“Até ao final da época de 1950, Portugal possuía um baixo rendimento per capita, uma baixa produtividade dos trabalhadores, uma predominância de trabalhadores não qualificados e um atraso tecnológico comparativamente a outros países idênticos” (Caria e Rodrigues, 2014, p. 5).

O Estado Novo foi marcado pela Segunda Guerra Mundial (1939), na qual Portugal se manteve neutro, não participando (Sardica, 2011), e pela Guerra Colonial Portuguesa (Guerra do Ultramar) (1961 a 1975), protagonizada pelas Forças Armadas Portuguesas e pelas colónias portuguesas de África, cujo objetivo era a independência destas últimas (Sardica, 2011).

Em 1968, Salazar “teve um coágulo cerebral debilitante e o domínio da sua administração foi tomado por Marcelo Caetano” (Rodrigues *et al.*, 2004, p. 30). Esse período ficou conhecido como Primavera Marcelista (Sardica, 2011). Marcelo Caetano tinha como objetivo modernizar a economia e reformar a política do Estado Novo, tendo instaurado assim políticas mais liberais (Sardica, 2011).

A decadência económica do país, juntamente com o desgaste provocado pela guerra colonial, fez com que a população e as forças armadas ficassem descontentes (Sardica, 2011). Assim, em 25 de Abril de 1974, surgiu a Revolução dos Cravos, resultante do movimento político e social, liderado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), cujo representante era António Spínola, que colocou um fim ao regime ditatorial do Estado Novo (Sardica, 2011). Este evento tinha o intuito de promover transformações sociais no país, sempre focados no programa do Movimento das Forças Armadas (MFA): “Descolonização, Democratização e Desenvolvimento” (Sardica, 2011).

No entanto, “o general Spínola não foi capaz ou não esteve disposto a livrar-se do legado de quatro décadas de corporativismo salazarista” (Rodrigues *et al.*, 2004, p. 31). O governo passou a ser dominado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), que contribuiu para a independência das antigas colónias e para o regresso dos cidadãos portugueses

dessas antigas colónias (Sardica, 2011). De 1974 a 1975, Portugal atravessou um período de desemprego, inflação, regressão económica e agravamento das finanças públicas (Sardica, 2011), tendo sido vários os governos que chegaram ao poder, preparados para partilharem o poder político (Rodrigues *et al.*, 2004).

A 2 de Abril de 1976, foi aprovada a Constituição de 1976 (Sardica, 2011). Nesse mesmo ano iniciaram-se as primeiras eleições democráticas para a Presidência da República, tendo ganho Ramalho Eanes (Sardica, 2011). O I Governo Constitucional teve início a 23 de Julho de 1976, sob a chefia de Mário Soares, e a 12 de Dezembro de 1976 realizaram-se as primeiras eleições autárquicas (Sardica, 2011).

Em 1986, Portugal aderiu à União Europeia (Costa, 2018), o que fez com que a economia portuguesa se desenvolvesse, aumentando o nível de qualidade de vida (Sardica, 2011).

Em suma, devido a todas as mudanças ocorridas neste século, a história tornou-se mais rica, como consequência das várias transformações que redefiniram Portugal, fazendo face a todas as dificuldades impostas e gerando uma sociedade mais próspera e democrática.

3. Evolução da contabilidade portuguesa durante o século XX

Ao longo do século XX foram muitos os acontecimentos que deram origem à contabilidade como a conhecemos atualmente, desde tentativas de normalização contabilística a transformações no ensino contabilístico, seguidas pela publicação das mais importantes revistas de contabilidade e pela criação de associações consagradas. Assim, para uma melhor compreensão, e após uma pesquisa aprofundada em diversos artigos e livros, procedeu-se à elaboração da Tabela 1, que contém os mais importantes acontecimentos contabilísticos do século XX, ordenados cronologicamente, por datas.

A Tabela 1 encontra-se organizada em quatro colunas. A primeira coluna contém a data do acontecimento contabilístico em questão; a segunda coluna contém o enquadramento desse mesmo acontecimento, subdividido em cinco temas principais: as publicações contabilísticas, a normalização contabilística, o ensino da contabilidade, o associativismo inerente à contabilidade e a regulamentação da profissão contabilística, de forma a facilitar a leitura; a terceira coluna contém o próprio do acontecimento contabilístico; e, a quarta e última coluna, contém um breve comentário devidamente fundamentado.

Tabela 1: Os mais importantes acontecimentos contabilísticos do século XX comentados.

DATA	TEMA	ACONTECIMENTO CONTABILÍSTICO
1901	Normalização Contabilística	Carta de Lei de 11 de Abril de 1901: Lei das Sociedades por Quotas
- “Em 1901 foi publicada a Lei das Sociedades por Quotas, o que potenciou a construção de sociedades e também o interesse pela contabilidade” (Carqueja, 2011, p. 19).		
1902	Ensino	Fundação da Escola Prática Comercial Raúl Dória no Porto
- “Faz parte da história do ensino da contabilidade em Portugal, o papel promotor que no início do século XX, em 1902, foi desempenhado no Porto pela Escola Prática Comercial Raúl Dória” (Carqueja, 2011, p. 19).		
- Raúl Dória fundou a primeira escola em Portugal, que promoveu o ensino da contabilidade, do comércio e escritório, de uma forma inovadora (Barata, 2019).		
- “Tem a sua primeira sede na Rua do Bonjardim, passando dois depois para a Rua de Fernandes Tomás, n.º 424...” (Barata, 2019, pp. 3-4).		
- “Modelo pelas suas características práticas, a “Sala de Comércio”, onde os alunos podiam praticar unidades curriculares, como “A Caixa”, “O Banco”, a “Casa de Câmbio”, o dinheiro, “Papel e Moeda”, os “Cheques” e as “Letras”” (Barata, 2019, p. 4).		

<p>- Em 1908, a Escola Prática Comercial Raúl Dória concorreu à Exposição Nacional no Rio de Janeiro, tendo enviado quadros com fotografias das suas instalações, programas e publicações editadas na Escola, a qual foi premiada com a medalha de ouro e um diploma de honra, destacando-se assim ao nível internacional (Barata, 2019).</p> <p>- “O jornal O Primeiro de Janeiro de 8 de maio de 1912, publica um projeto de lei sobre a Escola Raúl Dória, referindo que tinha sido apresentado à Câmara dos Deputados no dia 2 de maio de 1912, com a finalidade de o Estado oficializar os diplomas emitidos pela Escola Raúl Dória” (Barata, 2019, p. 8).</p> <p>- A 14 de dezembro de 1943, a Escola Prática Comercial Raúl Dória é oficializada como estabelecimento de ensino particular, em regime de planos e programas próprios (Barata, 2019).</p> <p>- Foram implementados exames finais para garantir a qualidade e excelência do ensino, e foi fixado um curso de Guarda-Livros, com a duração de três anos, tendo cada um cinco disciplinas (Barata, 2020).</p> <p>- “No ano letivo de 1915-1916 a matrícula subiu até 317 alunos, dos quais 117 eram internos, número máximo conseguido até então...” (Barata, 2020, p. 6).</p> <p>- Esta escola foi a responsável pela edição de duas revistas: a <i>O Guarda-Livros</i> e a <i>Revista de Contabilidade</i>, e manteve-se em atividade até 1964 (Carqueja, 2011).</p>		
1903	Ensino	Criação do Curso Superior de Comércio no Porto no Instituto Industrial e Comercial do Porto
<p>- O curso tinha a duração de cinco anos e era semelhante ao professado em Lisboa no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, desde 1884 (Gonçalves, 2020).</p>		
1907	Normalização Contabilística	Normalização contabilística para o setor das empresas de seguros
<p>- Com os Decretos de 21 de Outubro e de 29 de Dezembro de 1907, o legislador criou o Conselho de Seguros e regulamentou a informação a prestar pela atividade seguradora (Carqueja, 2011).</p>		
1908	Publicações	Início da distribuição da revista <i>O Guarda-Livros</i>
<p>- A revista <i>O Guarda-Livros</i> era uma das duas revistas editadas pela Escola Prática Comercial Raúl Dória, tendo sido distribuída entre Agosto de 1908 e Março de 1914 (Carqueja, 2011).</p>		
1910	Publicações	Distribuição da revista <i>Instrução Comercial em Casa</i>
<p>- Em 1911, a revista <i>Instrução Comercial em Casa</i>, editada em Lisboa, deu lugar à <i>Revista Comercial e Industrial</i>, e em 1913, acrescentou à sua designação “<i>Portuguesa e Brasileira</i>” (Carqueja, 2011).</p>		
1911	Ensino	Extinção do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
<p>“O decreto de 30 de Dezembro de 1852, assinado por Fontes Pereira de Melo, pouco tempo depois de criar o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, estabelece a criação de duas escolas de ensino técnico industrial, não superior, em Portugal: o Instituto Industrial, em Lisboa, e a Escola Industrial, no Porto” (Gonçalves, 2011, p. 11).</p> <p>- “As disciplinas pertencentes à 1.ª cadeira constituíam o curso elementar de Comércio e as relativas à 1.ª e 2.ª cadeiras conferiam o direito ao diploma do curso completo de Comércio” (Gonçalves, 2011, p. 11).</p> <p>- “No ano lectivo de 1872 para 1873, o magistério da 1ª cadeira estava atribuído ao professor Rodrigo Affonso Pequeto (1849-1931). O professor Henrique Midosi tinha a seu cargo a responsabilidade de leccionação da 2ª cadeira” (Gonçalves, 2011, p. 12).</p> <p>- “Nos primeiros oito anos da secção comercial do Instituto (1870-1878), o curso comercial contou com 388 alunos matriculados, o que nos permite concluir que, com uma média de quase cinquenta estudantes por ano, era o curso da capital deveras pouco frequentado pelos estudantes de comércio” (Gonçalves, 2011, p.12).</p>		

- Em 1911, deu-se a extinção do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, que levou à criação do Instituto Superior do Comércio de Lisboa, cujo funcionamento apenas começou em 1912 (Carqueja, 2011).		
1911	Normalização Contabilística	Publicação do Regulamento de Fiscalização das Sociedades Anónimas
- Em 13 de Abril de 1911, foi publicado o regulamento, que vigorou no ano civil de 1911 e no ano económico de 1911/1912 (Guimarães, 2009). As sociedades anónimas passaram a ter que submeter as suas contas à fiscalização oficial por peritos contabilistas (Guimarães, 2009). - “O artigo 35.º do Regulamento promulgado em 13 de Abril de 1911 sobre Sociedades Anónimas, por exemplo, exige que estas sociedades sejam sujeitas a uma auditoria oficial e inspeção. Os administradores das sociedades estavam proibidos de serem guarda-livros de qualquer sociedade que administrassem” (Rodrigues, Gomes e Craig, 2004, p. 30).		
1911	Associativismo	Constituição da Associação de Classe dos Empregados de Escritório
- Por alvará de 30 de Maio de 1911 foi constituída a Associação de Classe dos Empregados de Escritório (ACEE) na qual os guarda-livros tiveram um papel ativo desde a sua constituição (Carqueja, 2011).		
1912	Publicações	Publicação do 1.º livro sobre Auditoria Financeira
- Impresso o primeiro livro sobre Auditoria Financeira, o <i>Verificações e Exames de Escripta</i> , cujo autor era Ricardo José de Sá (Gonçalves, 2020).		
1913	Associativismo	Fundação da Associação dos Comercialistas Portugueses
- Em 1913, foi fundada a Associação dos Comercialistas Portugueses, que publicou o <i>Boletim da Associação dos Comercialistas Portugueses</i> (Carqueja, 2011). - “Os comercialistas eram os diplomados com Curso Superior de Comércio” (Carqueja, 2011, p. 21).		
1914	Publicações	Distribuição da Revista de Comércio
- A <i>Revista de Comércio</i> teve como diretor Mosés Bensabat Amzalak, e era inicialmente propriedade da Associação Académica do Instituto Superior do Comércio, antes de esta ser transferida para a Associação dos Comercialistas Portugueses (Carqueja, 2011).		
1914	Publicações	Publicação do 1.º livro sobre Contabilidade Industrial
- Raúl Dória publica o primeiro livro sobre contabilidade industrial, o <i>Contabilidade Industrial e Contabilidade Mineira. Apontamentos</i> (Gonçalves, 2020).		
1916	Publicações	Distribuição da Revista de Contabilidade
- “Merece registo um artigo de António Alves de Mattos em que este transcreve parágrafos da <i>Théorie Positive de la Comptabilité</i> , de Dumarchey” (Carqueja, 2011, p. 19).		
1917	Associativismo	Criação da Associação de Guarda-Livros Portugueses
- “Conforme alvará de 17 de Dezembro de 1917, publicitado no Diário do Governo, 2.ª série, n.º 4 de 5 de Janeiro de 1918, foi criada a associação de guarda-livros: <i>Associação de Guarda-Livros Portugueses (Associação de Classe)</i> ” (Carqueja, 2011, p. 21). Tinha como subscritor da criação Joaquim José de Sequeira (Carqueja, 2011).		
1918	Ensino	Reforma do ensino comercial em Portugal
- Por João Alberto Azevedo Neves, através do Decreto n.º 5029, de 1 de Dezembro de 1918, este decreto criou Aulas Comerciais, Escolas Elementares de Comércio, Institutos Comerciais (Lisboa e Porto) e Institutos Superiores de Comércio (Lisboa e Porto) (Gonçalves, 2020).		

1922	Ensino	Fundação do Instituto Industrial e Comercial em Coimbra
- Fundação do Instituto Industrial e Comercial em Coimbra, pelo Decreto n.º 8423, que apenas funcionou até 1926 (Gonçalves, 2020).		
1924	Normalização Contabilística	Normalização contabilística para o setor das empresas de moagem de cereais
- “Os cuidados do legislador estenderam-se depois, em 1924 e 1928 à indústria de moagem e, pontualmente, impuseram a certas actividades normas de informação contabilística, com propósitos de fiscalização ou de fomento” (Carqueja, 2011, p. 14).		
1925	Publicações	Distribuição da <i>Gazeta do Empregado de Escritório</i>
- Foi distribuída em Outubro de 1925 (Carqueja, 2011). A redação e administração ficava em Arraiolos e tinha como diretor Bernardino Barreiros Godinho (Carqueja, 2011).		
1926	Associativismo	Criação da Associação dos Comercialistas do Norte de Portugal
- A associação foi criada em 29 de Junho de 1926, conforme <i>Esboço Histórico</i> , que consta do <i>Boletim n.º 4 do Sindicato Nacional dos Comercialistas</i> (Carqueja, 2011).		
1926	Publicações	Fundação da <i>Revista de Comércio e Contabilidade</i>
- A <i>Revista de Comércio e Contabilidade</i> foi editada em Lisboa e só foram distribuídos seis números, tendo como colaborador o poeta Fernando Pessoa (Carqueja, 2011). - A revista era dirigida, administrada e editada pelo cunhado de Fernando Pessoa, Francisco Caetano Dias (Gonçalves, 2020).		
1928	Associativismo	Criação da Associação de Classe dos Contabilistas e Guarda-Livros do Norte de Portugal
- Foi constituída em 28 de Janeiro de 1928, porém em 21 de Março de 1933, passou a denominar-se Associação dos Contabilistas e Guarda-Livros de Portugal e, mais tarde, Sindicato Nacional dos Contabilistas e Guarda-livros do Distrito de Porto (Carqueja, 2011).		
1929	Publicações	Publicação do jornal <i>A Voz do Comércio</i>
- O jornal foi publicado até Agosto de 1931, e tinha o subtítulo <i>Quinzenário dos Contabilistas e Guarda-Livros</i> , sendo publicado pela Associação dos Contabilistas e Guarda-Livros do Norte de Portugal (Guimarães, 2009).		
1929	Publicações	Publicação do livro de Jaime Lopes Amorim
- “O livro de Lopes Amorim, em 1929, corresponde a um salto em qualidade dos textos académicos, e potenciou a influência de Dumarchey” (Carqueja, 2011, p. 32). - O livro de Jaime Lopes Amorim era intitulado <i>Lições de Contabilidade Geral – Prelecções feitas ao curso de Contabilidade Geral durante o ano lectivo de 1928-1929</i> (Gonçalves, 2020). - “Esta obra, de assinalável valor teórico e científico, onde o professor apresenta e critica as principais escolas contabilísticas, foi uma verdadeira revolução para a época” (Faria, 2011, p. 145).		
1930	Ensino	Reforma do ensino técnico em Portugal por Gustavo Cordeiro Ramos
- O Instituto Superior de Comércio de Lisboa passa a designar-se Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), uma escola da Universidade Técnica de Lisboa (UTL) (Gonçalves, 2020). Esta oferecia, um Curso Superior em Ciências Económicas e Financeiras, onde era ensinada a cadeira de Contabilidade Geral e Operações Comerciais (Gonçalves, 2020). O ISCEF existiu até 1972, passando a denominar-se Instituto Superior de Economia (ISE) e, em 1989, o ISE passou a Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) (Gonçalves, 2020).		
1931	Ensino	Criação do curso de Contabilista

<p>- Através do Decreto-Lei n.º 20328 de 21 de Setembro, surgiu o Curso de Contabilista no Instituto Comercial de Lisboa, com a duração de quatro anos e, mais tarde, em 1933, no Instituto Comercial do Porto (Costa e Alves, 2013).</p> <p>- Em 1950, passou a ter a duração de três anos e, depois de terminado o curso, muitos transitavam para o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), para obterem a licenciatura em economia ou finanças (Costa e Alves, 2013).</p>		
1933	Publicações	Fundação da <i>Revista de Contabilidade e Comércio</i>
<p>- A revista foi fundada por José Henriques Garcia e teve como diretor durante os dois primeiros anos Francisco Caetano Dias (Carqueja, 2011).</p> <p>- Foi uma revista trimestral, do Porto, e a antecessora da Revista Portuguesa de Contabilidade (Guimarães, 2009).</p> <p>- A revista deixou de ser publicada em 2010 (Guimarães, 2009).</p>		
1933	Normalização Contabilística	Introdução do Estatuto do Trabalho Nacional
<p>- “Desaparecimento de todas as associações e sindicatos livres e substituição por um sistema de Sindicatos Nacionais, controlados pelo Estado” (Guimarães, 2009, p. 29).</p>		
1933	Normalização Contabilística	Primeira tentativa de regulamentação da profissão de contabilista em Portugal
<p>- O Governo de Salazar estabelece uma Comissão, formada por representantes do Ministério, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (Moses Bensabat Amzalak), da Associação Industrial Portuguesa, da Associação dos Comerciantes Portugueses e pela Associação dos Contabilísticos Diplomados pelos Institutos Médios e Cursos Equivalentes (António Pedroso Pimenta), para estudar a regulamentação da profissão de guarda-livros e contabilistas, reconhecendo a necessidade da mesma (Guimarães, 2009).</p> <p>- A comissão foi nomeada por Portaria de 30 de Janeiro de 1933 pelo Eng.º Sebastião Garcia Ramires (1898-1972), ministro do Comércio, Indústria e Agricultura de Salazar, este último presidente do Conselho de Ministros (Guimarães, 2009).</p> <p>- Em Dezembro de 1934 a comissão deu a conhecer o Regulamento de Técnicos de Contabilidade (condições de acesso à profissão de Guarda-Livros, de Contabilista e de Peritos Contabilistas), mas o Governo nunca avançou com esta tripla regulamentação (Guimarães, 2009).</p>		
1934	Associativismo	Criação do Sindicato Nacional de Contabilistas e Guarda-Livros do Distrito do Porto
<p>- O objetivo passava por garantir a conduta correta e profissional dos contabilistas e guarda-livros, contribuindo assim para o avanço da contabilidade através da organização de sessões de formação, desenvolvimento de bibliotecas, criação de escolas de contabilidade e promoção dos interesses profissionais dos seus membros (Rodrigues <i>et al.</i>, 2004).</p> <p>- O mesmo foi dissolvido pelo Governo em 1943 (Gonçalves, 2020).</p>		
1938	Ensino	Apresentação da primeira tese de doutoramento na área de Contabilidade
<p>- Fernando Vieira Gonçalves da Silva defende a sua tese de Doutoramento na Universidade Técnica de Lisboa sob o título <i>A Regulamentação Legal da Escrituração Mercantil</i>, que contém um capítulo sobre <i>Funções e Responsabilidades do Guarda-Livros</i> (Gonçalves da Silva, 1938).</p> <p>- Foi impressa pela Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, em Lisboa (Gonçalves da Silva, 1938).</p>		
1940	Normalização Contabilística	Proposta de regulamentação pela Associação Académica do Instituto Comercial do Porto

<p>- A proposta de regulamentação surgiu em 8 de Novembro de 1940, e dividia os técnicos de contabilidade em três categorias: guarda-livros, contabilista e perito contabilista (Guimarães, 2009).</p> <p>- A designação <i>guarda-livros</i> devia ser usada por indivíduos que tivessem pelo menos 19 anos de idade, um curso de comércio oferecido por um Instituto de Comércio (ou curso equivalente reconhecido por lei) e pelo menos dois anos de experiência em contabilidade segundo o sistema de partida dobrada; a designação <i>contabilista</i> devia ser usada por indivíduos que tivessem pelo menos 21 anos de idade, graduação como contabilistas pelos Institutos Comerciais (ou curso equivalente reconhecido por lei) e pelo menos um ano de experiência em contabilidade segundo o sistema de partida dobrada; a designação <i>perito-contabilista</i> devia ser usada por indivíduos que tivessem mais de 25 anos de idade, graduação em contabilidade por um Instituto de Comércio (ou curso equivalente reconhecido por lei) e pelo menos seis anos de experiência com contabilidade segundo o sistema de partida dobrada (Rodrigues <i>et al.</i>, 2004).</p>		
1940	Publicações	Fundação da <i>Revista de Contabilidade Pública</i>
<p>- O diretor era Aureliano Felismino, no entanto a revista deixou de ser publicada em 1945 (Gonçalves, 2020).</p>		
1942	Associativismo	Expansão da área de jurisdição do Sindicato do Porto
<p>- O Sindicato do Porto estendeu a sua área de jurisdição aos distritos de Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Aveiro, Viseu e Coimbra (Carqueja, 2011).</p>		
1945	Associativismo	Constituição da Sociedade Portuguesa de Contabilidade (SPC)
<p>- A sociedade foi criada em 27 de Junho de 1945, em Lisboa, e aprovada por Alvará de 28 de Janeiro de 1946 (Guimarães, 2009).</p> <p>- A mesma representava Portugal nos congressos internacionais da especialidade e contribuiu para a luta pela regulamentação da profissão, tendo como órgão o <i>Boletim da Sociedade Portuguesa de Contabilidade</i> em 1954 (Gonçalves, 2020).</p> <p>- Os sócios eram divididos em: efetivos, agregados, honorários e correspondentes (Rodrigues e Gomes, 2002).</p> <p>- Em 1946, a Sociedade Portuguesa de Contabilidade propôs à Câmara Corporativa uma reforma do ensino da contabilidade que levasse à sua harmonização e melhoria, tendo sido propostos três níveis de ensino: profissional, complementar e superior (Rodrigues <i>et al.</i>, 2004).</p>		
1948	Ensino	Criação do Curso Geral de Comércio para o ensino secundário
<p>- Através do Decreto n.º 37029, de 25 de Agosto, deu-se a criação do Curso Geral de Comércio para o ensino secundário, com a duração de três anos, em que apenas tinham acesso os estudantes que tivessem seis anos de escolaridade (os cinco anos eram ministrados em Escolas Industriais e Comerciais ou em Escolas Comerciais) (Gonçalves, 2020).</p>		
1949	Ensino	Surgimento da disciplina <i>Teoria da Contabilidade</i> no Instituto de Ciências Económicas e Financeiras
<p>- Em 1949 surgiu a reforma do ensino superior de Pires de Lima, que introduziu a disciplina de <i>Teoria da Contabilidade</i> (Carqueja, 2011).</p> <p>- “Em 1949, quando da reforma dita de Pires de Lima, foram profundamente alterados os planos de cursos do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), à época única escola universitária com disciplinas de contabilidade financeira” (Carqueja, 2011, p. 40).</p>		
1952	Ensino	Criação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP)
<p>- “Em 1952, quando da criação da Faculdade de Economia na Universidade do Porto, já o contexto do ensino universitário de contabilidade estava alterado” (Carqueja, 2011, p. 40).</p>		

1956	Ensino	Apresentação da segunda tese de doutoramento na área de Contabilidade
- “Em 6 de Fevereiro de 1956, Caetano Léglise da Cruz Vidal obtêm o Doutoramento em Finanças, pela Universidade Técnica de Lisboa, com tese sob o título <i>Ensaio sobre um Planeamento Contabilístico Racional</i> (Guimarães, 2009, p. 31, 2011, p. 54).		
1963	Normalização Contabilística	Publicação do Código da Contribuição Industrial (CCI)
- Em 1 de Julho de 1963, através do Decreto-Lei n.º 45103, é publicado o CCI (Guimarães, 2009, 2011). - O Código de Contribuição Industrial estabelecia que a tributação dos lucros das grandes empresas deveria ser calculada com base no lucro contabilístico (Ferreira e Regojo, 1996). - O CCI criou a figura jurídica de Técnico de Contas, que apenas se aplicava aos que estivessem inscritos na Direção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), e previa três grupos de tributação: Grupo A (tributação pelo lucro real), Grupo B (tributação pelo lucro presumido) e Grupo C (tributação pelo lucro normal) (Gonçalves, 2020). - “Aqueles que detivessem prática de como contabilistas ou guarda-livros durante cinco anos mas não possuísem um diploma em contabilidade ou credencial similar, podiam obter um registo provisório como técnico de contas e serem formalmente reconhecidos como membros após aprovação num exame” (Rodrigues <i>et al.</i> , 2004, p. 32).		
1964	Normalização Contabilística	Primeiro Plano de Contabilidade proposto em Portugal (contabilidade empresarial)
- O Plano Geral de Contabilidade: Projecto – Contribuição para o Plano Contabilístico Português foi apresentado pela Comissão de Contabilidade e Estatística do Centro de Organização de Escritórios do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritórios do Distrito de Lisboa (Guimarães, 2009, 2011). - O relatório da Comissão foi apresentado ao Ministro em 1970, tendo proposto que o termo <i>técnico de contas</i> fosse substituído pelo termo <i>técnico de contabilidade</i> , que agrupava guarda-livros, contabilistas e auditor-contabilista (Rodrigues <i>et al.</i> , 2004). - No entanto, não foi aceite pelo Governo (Gonçalves, 2020).		
1968	Publicações	Fundação do <i>Jornal do Técnico de Contas e da Empresa</i>
- Em 10 de Junho de 1968 foi publicado o <i>Jornal do Técnico de Contas e da Empresa</i> (JTCE), o qual foi extinto em 2003 devido a motivos de saúde e posterior falecimento do seu Diretor, José Luís Lopes Marques (Guimarães, 2009).		
1969	Normalização Contabilística	Fiscalização das Sociedades Anónimas por Revisores Oficiais de Contas
- “Apenas em 1969, surge pela primeira vez a designação de Revisor Oficial de Contas” (Ferreira, 2016, p. 18). - “O Decreto-Lei n.º 49381, de 15 de Novembro de 1969, prevê a fiscalização das Sociedades Anónimas por revisores oficiais de contas e estabelece regras para a elaboração do Balanço e da Conta dos Resultados” (Guimarães, 2009, p. 32). - “A conta de resultados devia indicar os custos e os proveitos por naturezas, e o balanço devia indicar expressamente o valor do activo e do passivo, apresentando as respetivas contas com clareza e separadas das que correspondem à situação líquida (ou capital próprio)” (Gonçalves, 2020, p. 64).		
1970	Normalização Contabilística	Apresentação do Plano de Contabilidade Nacional para a Empresa
- Nova proposta de normalização contabilística para as empresas nacionais. - Foi feita a 1 de Maio de 1970 pelo Grupo de Trabalho Técnica Contábil – Economia de Empresas da Comissão Diretiva da Secção Profissional dos Técnicos de Contas do Sindicato Nacional dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa (Guimarães, 2011). - “É considerado o segundo estudo sobre um plano de contabilidade nacional” (Guimarães, 2009, p. 32).		

1972	Normalização Contabilística	Reconhecimento da profissão de Revisor Oficial de Contas (ROC) e publicação do 1.º Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas
<p>- “A profissão de Revisor Oficial de Contas (ROC) foi institucionalizada através do Decreto-Lei n.º 1/72, de 3 de janeiro...” (Ferreira, 2016, p. 19).</p> <p>- “Assim, aquele Decreto-Lei foi o Primeiro Estatuto profissional dos Revisores Oficiais de Contas” (Guimarães, 2004, p. 2).</p>		
1973	Normalização Contabilística	Anteprojeto do Plano Geral de Contabilidade
<p>- Nova proposta de normalização contabilística para as empresas nacionais.</p> <p>- “O Professor Doutor Rogério Fernandes Ferreira foi encarregue de elaborar um Plano Geral de Contabilidade, com Martinho Pereira e Quintino Ferreira. A entidade promotora do trabalho (Ministério das Finanças) mandou publicar um Anteprojeto de Plano Geral de Contabilidade” (Ferreira, 1997, p. 175).</p> <p>- “É considerada a primeira iniciativa governamental para a implementação de um Plano Contabilístico Nacional” (Guimarães, 2009, p. 32).</p> <p>- O Anteprojeto do Plano Geral de Contabilidade foi adaptado do Plano Geral de Contabilidade Francês de 1957 e seria o plano de contabilidade a implementar em Portugal no caso de não ter ocorrido a Revolução de 25 de Abril de 1974 (Gonçalves, 2020).</p>		
1974	Normalização Contabilística	Comissão para o Estudo de Normalização Contabilística das Empresas
<p>- Em Novembro de 1974, o Ministério das Finanças nomeou, por via do Despacho do Secretário de Estado do Orçamento de 27 de Fevereiro de 1975, a Comissão, no entanto o relatório apenas foi apresentado em 8 de Agosto de 1975 (Guimarães, 2011).</p> <p>- Era constituída por representantes das Associações, da Direção Geral de Contribuições e Impostos (DGC), da Inspeção Geral de Finanças, de alguns Estabelecimentos de Ensino Superior e de sindicatos ligados à profissão (Guimarães, 2009).</p>		
1974	Regulamentação da Profissão	Criação da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas (CROC)
<p>- “...e a Câmara dos Revisores Oficiais de Contas (CROC) foi criada pela Portaria n.º 83/74, de 6 de fevereiro” (Ferreira, 2016, p. 19).</p>		
1975	Ensino	Diplomados do curso de contabilista dos Institutos Comerciais equiparados a bacharéis
<p>- A partir da Revolução dos Cravos começou-se a equiparar a bacharéis os diplomados pelos antigos Institutos Comerciais (Gonçalves, 2020).</p>		
1975	Associativismo	Constituição da Associação Portuguesa de Contabilistas (APC)
<p>- Em 3 de Março de 1975, foi constituída a Associação Portuguesa de Contabilistas, que em 1997 foi designada de Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas (Guimarães, 2009, 2011).</p> <p>- Desempenhou um papel importante na criação de uma licenciatura em contabilidade, e esteve presente no congresso fundador da <i>International Federation of Accountants</i> (IFAC) (Costa e Alves, 2013).</p> <p>- “A associação pretendia defender o direito exclusivo dos seus membros usarem títulos profissionais; promover a sua actualização através de colóquios, conferências, seminários e publicações de interesse para a classe; promover a criatividade e a inovação entre os seus associados e participar no ensino da contabilidade a todos os níveis” (Rodrigues et al., 2004, p. 33).</p> <p>- A associação era restrita aos diplomados pelos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, e contribuiu para a elevação das Escolas de ensino médio para nível superior, em 1976 (Rodrigues e Gomes, 2002).</p>		

- Foi a primeira associação de profissionais a ser formada após o 25 de Abril (Costa e Alves, 2013).		
1976	Ensino	Conversão dos Institutos Comerciais em Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (ISCA's)
- O Decreto-Lei n.º 327/1976, de 6 de Maio, previa o grau de licenciado, mas os ISCA's apenas diplomaram bacharéis durante mais de 10 anos devido a pressões do setor universitário e do mundo sindical (Gonçalves, 2020).		
1977	Normalização Contabilística	1.º Plano Oficial de Contabilidade (POC) e criação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC)
- A Comissão de Normalização Contabilística foi criada pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro, que promulgou o 1.º Plano Oficial de Contabilidade (Gonçalves, 2020). - Era obrigatório para todas as empresas, excetuando a banca e os seguros (Guimarães, 2009, 2011). - "Ainda, o POC de 1977 foi criado, mais para facilitar as inspeções fiscais e promover a equidade na tributação do que com o propósito de prestar informação aos acionistas e a terceiros sobre a situação económico-financeira da empresa" (Ferreira e Regojo, 1996, pp. 119 e 120).		
1977	Regulamentação da Profissão	Criação da Câmara dos Técnicos de Contas (CTC)
- Foi formada pelos Técnicos de Contas do Sindicato dos Empregados de Escritório, de Lisboa, com caráter não oficial, para representar os interesses dos técnicos de contas (Rodrigues <i>et al.</i> , 2004). - "Para evitar confusões é conveniente esclarecer que antes da actual CTOC, foi constituída, a Câmara dos Técnicos de Contas (CTC), por escritura pública de 8 de Março de 1977 que, posteriormente, passou a designar-se por "Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas" e, a partir de 27 de Abril de 1999, "cedeu" essa designação à actual CTOC..." (Guimarães, 2006, p. 13). - "A Câmara nasce como corolário de toda a luta empreendida e para concretizar os anseios mais do que justos dos Técnicos de Contas" (Rodrigues e Gomes, 2002, p. 139).		
1977	Associativismo	Criação da Associação Portuguesa dos Técnicos de Contas (APOTEC)
- Foi constituída em 16 de Março de 1977, tendo sido alterada a sua designação para Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade, que atualmente ainda existe (Rodrigues, 2007). - Pretendia destacar a importância da contabilidade e dos seus profissionais na sociedade, e a necessidade de os técnicos de contas melhorarem os seus conhecimentos, sendo uma associação aberta a todos os técnicos de contas (Rodrigues <i>et al.</i> , 2004). - "Destacou-se também pela preparação dos candidatos ao ingresso na profissão de Técnico de Contas" (Rodrigues e Gomes, 2002, p. 140). - A inscrição era livre, e havia uma divisão entre os Técnicos de Contas (Rodrigues, 2007).		
1977	Publicações	Fundação do <i>Jornal de Contabilidade</i> da Associação Portuguesa dos Técnicos de Contas (APOTEC)
- O jornal foi publicado em Abril de 1977, tendo como primeiro Diretor António Aires de Abreu e como atual Diretor Severo Praxedes Soares (Guimarães, 2009)		
1978	Publicações	Início da publicação da <i>Revista de Contabilidade e Finanças</i> da Associação Portuguesa de Contabilidade (APC)
- Tinha como Diretor Carlos Baptista da Costa (Gonçalves, 2020)		
1983	Normalização Contabilística	Primeiras Normas Técnicas de Revisão Legal de Contas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas (CROC)

- “As primeiras Normas Técnicas de Revisão Legal das Contas foram aprovadas na Assembleia Geral de 17 de maio de 1983, da CROC” (Ferreira, 2016, p. 19).		
1986	Ensino	Início dos Cursos de Estudos Superiores de Especialização (CESE) nos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (ISCA's)
- Criação dos CESE pela Portaria n.º 751/1986, de 17 de Dezembro, que equivaliam ao grau de licenciado (Gonçalves, 2020).		
1989	Normalização Contabilística	Revogação do Código da Contribuição Industrial (CCI)
- Desaparece a figura do técnico de contas responsável ao nível institucional, assistindo-se à desregulamentação da profissão, e dá-se a criação do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (CIRC) e do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (CIRS) (Gonçalves, 2020). - Deixa de ser obrigatória a assinatura dos profissionais da contabilidade nas declarações fiscais (Rodrigues e Gomes, 2002).		
1989	Normalização Contabilística	Promulgação do Plano Oficial de Contabilidade (POC/89)
- Adaptação à IV Diretiva da UE e revogação do POC/77, mantendo em funções a Comissão de Normalização Contabilística (Guimarães, 2009, 2011).		
1991	Normalização Contabilística	Adaptação do POC/89 à VII Diretiva da UE
- Pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, dá-se a adaptação à VII Diretiva da UE (Gonçalves, 2020).		
1994	Ensino	1.º Mestrado em Contabilidade e Finanças
- “Em Setembro de 1994 dá-se o primeiro arranque do Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais da Universidade Aberta, sendo o primeiro na área da Contabilidade” (Guimarães, 2009, p. 36).		
1995	Normalização Contabilística	1.º Estatuto da Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (ATOC)
- Oficialização da profissão de contabilista em Portugal com a denominação Técnico Oficial de Contas (TOC). - Início da regulamentação da profissão em Portugal. - As empresas tributadas de acordo com lucros reais são obrigadas a designar um técnico oficial de contas (Guimarães, 2009). - Aparecimento pela primeira vez da designação de <i>Técnico Oficial de Contas</i> e da Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (ATOC), na qual a inscrição era obrigatória (Gonçalves, 2020).		
1996	Associativismo	Criação do Centro de Estudos de História da Contabilidade
- A APOTEC cria o <i>Centro de Estudos de História da Contabilidade</i> , que mais tarde institui o <i>Prémio de História da Contabilidade – Martim Noel Monteiro</i> (Guimarães, 2009). - O <i>Prémio de História da Contabilidade – Martim Noel Monteiro</i> apenas teve essa designação em 1999 (Gonçalves, 2020). - “Os mais importantes prémios de contabilidade em Portugal são os prémios da APOTEC <i>Luiz Chaves de Almeida</i> (criado em 1993) e <i>Martim Noel Monteiro</i> ” (Gonçalves, 2020, p. 98).		
1997	Normalização Contabilística	Aprovação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP)
- Através do Decreto-Lei n.º 232/97, de 9 de Dezembro, é aprovado o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e criada a Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) (Guimarães, 2009, 2011).		

- Após este foram publicados o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições Públicas do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS), o Plano Oficial de Contabilidade para o Ministério da Saúde (POCMS) e o Plano Oficial de Contabilidade para o Setor da Educação (POC – E) (Gonçalves, 2020).		
1999	Normalização Contabilística	Alteração da Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (ATOC) para Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC)
- Juntamente com a alteração surgiu o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, através do Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro (Guimarães, 2009).		
1999	Normalização Contabilística	Criação da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC)
- Surgiu como “substituição” da Câmara dos ROC, em 16 de Novembro, e destacou-se por ser a primeira Ordem na área da Contabilidade (Guimarães, 2009).		
2000	Normalização Contabilística	Entrada em vigor do Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC)
- O Código Deontológico dos TOC entrou em vigor a 1 de Janeiro, tendo sido realizado um referendo em Novembro de 1999, o que levou a que fossem inauguradas as duas primeiras representações permanentes da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) nos Açores e na Madeira (Gonçalves, 2020).		
2000	Normalização Contabilística	Plano Oficial de Contabilidade para o Setor da Educação (POC-E)
- Através da Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro, entrou em vigor o POC-E (Gonçalves, 2020).		
2000	Normalização Contabilística	Plano Oficial de Contabilidade para o Ministério da Saúde (POC-MS)
- Através da Portaria n.º 898/2000, de 28 de Setembro, entrou em vigor o POC-MS (Gonçalves, 2020).		

Elaboração Própria.

Vale a pena destacar os três contributos para a história da normalização contabilística nacional: o Plano Geral de Contabilidade: Projeto – Contribuição para o Plano Contabilístico Português de 1964, o Plano de Contabilidade Nacional para a Empresa de 1970 e o Plano Geral de Contabilidade – Anteprojeto – 1.ª fase de 1973, cujo objetivo era o de apresentar propostas para a modernização da contabilidade (Ferreira e Regojo, 1996), os quais precederam ao Plano Oficial de Contabilidade (POC) de 1977.

Ao nível de associações contabilísticas, salienta-se a Sociedade Portuguesa de Contabilidade (SPC) que, segundo Rodrigues *et al.*, (2004), teve um papel essencial na luta pelas reformas no ensino técnico e pela regulamentação dos técnicos de contabilidade. Tal como a Associação Portuguesa dos Técnicos de Contas (APOTEC), que se tornou crucial na defesa dos técnicos de contas, tendo contribuído para a criação de uma Comissão responsável pela elaboração de um estatuto da profissão (Rodrigues e Gomes, 2002). Esta “tem desenvolvido a sua atividade, de acordo com os seus objetivos, sendo reconhecida como Instituição de Utilidade Pública” (Saraiva e Gabriel, 2019, p. 8). A Associação dos Técnicos de Oficiais Contas (ATOC), posterior Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), trouxe a designação de “Técnico Oficial de Contas” (Guimarães, 2009), e foi considerada “a associação de classe profissional, devidamente regulamentada, dos Técnicos Oficiais de Contas” (Saraiva e Gabriel, 2019, p. 10).

Posto isto, é possível concluir que, de facto, de 1900 a 2000 foram vários os acontecimentos que transformaram a contabilidade, o que torna o século XX num dos séculos mais revolucionários a nível histórico e a nível contabilístico.

4. Conclusão

O presente *paper* teve em vista dar a conhecer, de forma sintetizada, a história portuguesa do século XX, evidenciando os cinco marcos históricos pelos quais Portugal passou ao longo deste século, sendo estes: a monarquia, a república, a ditadura, a revolução e a democracia, e os aspetos mais relevantes do século XX em termos de regulamentação da profissão de contabilista, de ensino contabilístico, de normalização contabilística, de publicações contabilísticas e de associativismo contabilístico.

As dificuldades económicas, financeiras e sociais sentidas e causadas pela queda da monarquia, pelas guerras políticas, religiosas e socioculturais presentes durante a Primeira República (Sardica, 2011), bem como pela participação na Primeira Guerra Mundial, foram evidentes e levaram à intervenção do general Óscar Carmona, que colocou fim à Primeira República e instituiu um novo regime, a Ditadura Militar, chamando em seu auxílio António de Oliveira Salazar, o criador do Estado Novo.

O século XX também ficou marcado pela Revolução dos Cravos, um movimento político e social, organizado pelo Movimento das Forças Armadas, e cujo programa era “Descolonização, Democratização e Desenvolvimento” (Sardica, 2011), tendo um papel crucial na independência das antigas colónias, e pela adesão de Portugal à CEE, em 1986, que contribuiu para o crescimento e desenvolvimento da economia portuguesa.

Todos estes acontecimentos históricos se refletiram, conseqüentemente, na evolução da contabilidade ao longo do tempo, a qual, com o passar dos anos, foi uma área desvalorizada, onde a luta pelo ensino e pela regulamentação foram constantes.

A criação de associações como a Sociedade Portuguesa de Contabilidade (SPC), a Associação Portuguesa dos Técnicos de Contas (APOTEC) e a Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (ATOC), posteriormente denominada por Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), a qual trouxe a designação de *Técnico Oficial de Contas*, contribuiu para a evolução e para o prestígio, não só da área, como também da profissão.

Igualmente importante foi a publicação do Código da Contribuição Industrial (CII), em 1963 (posteriormente revogado em 1989 como consequência da reforma fiscal da década de 80), que levou ao crescimento da importância dos contabilistas (Rodrigues *et al.*, 2004) e que surgiu pela “necessidade de uma contabilidade mais rigorosa, executada por técnicos de contas” (Guimarães, 2009, p. 31).

No tocante a publicações contabilísticas foram muitas as revistas e os jornais publicados, e o aparecimento de uma licenciatura e de um mestrado na área da contabilidade foi um grande passo ao nível do ensino da disciplina para a sua evolução em Portugal.

Atualmente a profissão de contabilista certificado está regulamentada e é das mais reconhecidas, sendo que a 31 de Dezembro de 2019 estavam inscritos 68 642 membros, dos quais 32 011 homens e 36 631 senhoras (*Relatório e Contas da Ordem dos Contabilistas Certificados*, 2019), tornando-a assim a maior instituição profissional de inscrição obrigatória em Portugal.

Referências

- Barata, J. A. R. (2019) “Um Homem, três objetivos: estudo, ensino e investigação contabilística – Raúl Dória marcou Portugal no início do século XX (Primeira Parte)”. *Boletim do Centro de Estudos de História da Contabilidade* 71, pp. 1-12.
- Barata, J. A. R. (2020) “Um Homem, três objetivos: estudo, ensino e investigação contabilística – Raúl Dória marcou Portugal no início do século XX (Segunda Parte)”. *Boletim do Centro de Estudos de História da Contabilidade* 72, pp. 1-16.
- Caria, A. A. e Rodrigues, L. L. (2014). “The evolution of financial accounting in Portugal since the 1960s: a new institutional economics perspective”. *Accounting History* 19(1- 2), pp. 227-254.
- Carqueja, H. O. (2011). “Apontamento sobre a contabilidade em Portugal entre 1900 e 1950”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad* 14, pp. 3-49.
- Costa, C. B. (2018). “Do 2.º POC às IFRS”. *Jornal de Contabilidade* 465, pp. 219-220.

- Costa, C. B. e Alves, G. C. (2013). *Contabilidade Financeira* (8.ª ed.). Lisboa: Rei dos Livros.
- Faria, A. R. (2011). “A organização contabilística no sector conserveiro entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX: o caso Júdice Fialho”. *Pecunia: Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de la Universidad de León* 13, pp. 135-160.
- Ferreira, J. C. (2016). *Evolução da Regulamentação da Auditoria em Portugal – os Novos Desafios do Sector*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar. Dissertação de Mestrado em Auditoria e Análise Financeira.
- Ferreira, L. F. e Regojo, P. (1996). “A regulamentação contabilística em Portugal” [parte 1]. *Jornal de Contabilidade* 230, pp. 119-128.
- Ferreira, R. F. (1997). “Retrospectiva da normalização contabilista em Portugal”. *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa* 382, pp. 173-177.
- Gonçalves da Silva F. V. (1938). *A Regulamentação Legal da Escrituração Mercantil*. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade.
- Gonçalves, M. (2011), “Apontamento sobre a Contabilidade e Educação em Portugal entre 1869 e 1918”. *Enfoque: Reflexão Contábil* 30(3), pp. 9-19.
- Gonçalves, M. (2020). “Sebenta da unidade curricular de Ética e Deontologia ministrada às licenciaturas de Contabilidade e Auditoria, Gestão de Empresas e Contabilidade e Gestão Pública no 1.º semestre do ano letivo de 2020/2021 (3.º ano)”. Disponível na biblioteca do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC), pp. 1-419.
- Gonçalves, M., Lira, M. e Marques, M.C. (2017). “Síntese cronológica sobre a contabilidade pública em Portugal, seu passado, presente e futuro (1222-2016): revisão da literatura”. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças* 5(2), pp. 121-143.
- Guimarães, J. C. (2004). “Sociedade Portuguesa de Contabilidade: breve história”. *Boletim do Centro de Estudos de História da Contabilidade* 26, pp. 5-6.
- Guimarães, J. C. (2006). “História da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, 10.º Aniversário (1995-2005)”. *Revista Electrónica INFOCONTAB* 14, pp. 1-85.
- Guimarães, J. C. (2011). *Estudos Sobre a Normalização Contabilística em Portugal*. Porto: Vida Económica.
- Guimarães, J. F. C. (2009). *Alguns dos acontecimentos mais importantes da evolução da contabilidade e da profissão de contabilista em Portugal desde 1755 até hoje*. In Guimarães, J. F. C. (2009), *A Profissão, as Associações e as Revistas de Contabilidade em Portugal*. Porto: Vida Económica.
- Reis, A. (coord.) (1994) – *Portugal. 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Relatório e Contas da Ordem dos Contabilistas Certificados* (2019).
- Rodrigues, L. L. e Gomes, D. (2002). “Evolução da profissão dos Técnicos de Contas em Portugal: do Marquês de Pombal até aos nossos dias”. *Jornal de Contabilidade* 302, pp. 131-141.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. e Craig, R. (2004). “Corporativismo, Liberalismo e a profissão contabilística em Portugal desde 1755”. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas* 46, pp. 24-39.
- Rodrigues, M. B. (2007). *APOTEC – 25 anos de uma História da Contabilidade*. Porto: Vida Económica.
- Saraiva, H. e Gabriel, V. (2019). “A profissão contabilística em Portugal: século XX”. Comunicação apresentada ao XX Congresso Internacional da AECA (Málaga, Espanha, 25- 27 Set.), pp. 1-14.
- Sardica, J. M. (2011). *O Século XX Português*. Alfragide: Texto Editores.